

Bracher insiste em risco menor

Washington (Do Enviado Especial) — O presidente do Banco Central, Fernando Bracher, reafirmou ontem a disposição de insistir na necessidade de redução das taxas internacionais de juros durante a reunião do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, assim como pretende pedir aos banqueiros privados nova avaliação dos custos da rolagem de curto prazo. "Há margem para uma queda na taxa de risco (spread) que estamos pagando", afirmou.

Amanhã, em Nova Iorque, Bracher e o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, terão o primeiro encontro formal com a comunidade financeira após o lançamento do Plano de Estabilização Econômica no Brasil. Seus assessores consideram "extremamente favorável" a posição atual do País no contexto internacional, como comprovam os telegramas recebidos dos banqueiros credores no início de março, parabenizando o Governo pelo plano tropical.

Esta nova e confortável posição brasileira abriu caminho para que as autoridades econômicas passem a uma segunda fase de encaminhamento da questão externa: agora, ao invés de ressaltar qualquer traço de hostilidade para com os credores e o FMI, a orientação de Funaro é no sentido de se buscar uma mudança efetiva de atitude com relação à dívida externa latino-americana.

O Brasil quer que a comunidade financeira pare de falar em crise da dívida externa e dê início à montagem de uma futura solução estrutural para o problema, substituindo os sucessivos acertos de curto prazo para um refinanciamento global do débito sob condições que reduzam a transferência de renda líquida aos banqueiros.

Para isso, o País conta com dois grandes trunfos: nas contas externas acumulou 8,5 bilhões de dólares de reservas e o comércio exterior caminha para um superávit de 12,5 bilhões de dólares este ano, enquanto o acerto provisó-

rio com os bancos credores, mantendo os créditos comerciais e de curto prazo até o início de 1987, dá a necessidade tranquilidade às exportações. Internamente, o choque heterodoxo zerou a inflação e recolocou a economia numa moldura administrável, conseguindo o que dois anos de subordinação à política do FMI não haviam obtido.

Somando-se isto à perspectiva de manutenção dos baixos preços internacionais do petróleo, que reativa as economias industrializadas e assim abre espaço para mais exportações dos países em desenvolvimento, o Brasil apresenta-se pela primeira vez diante da reunião de primavera do FMI/Banco Mundial como um exemplo de solução, e não mais como o maior foco de preocupação para os credores. Para completar o quadro favorável só falta mesmo obter a redução das remessas de dólares ao exterior — quase um bilhão por mês — por conta dos pagamentos dos juros da dívida de 104 bilhões de dólares.